PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

RELATÓRIO E CONTAS
2011

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCICIO DE 2011

No cumprimento do disposto nos artigos **65°** e **66°** do **Código das Sociedades Comerciais**, e do artigo **26°, Ponto 1 – al.g)** e **Ponto 2** dos **Estatutos da Empresa**, apresenta a administração dos **"TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM"** o seu "**Relatório Anual 2011**" e as "**Demonstrações Financeiras**" referentes à actividade desenvolvida pela empresa no exercício em análise.

0 – INTRODUÇÃO

Concluído o exercício de 2011, cumpre, nos termos da lei e dos Estatutos desta empresa, apresentar o Relatório de toda a actividade desenvolvida pela Administração, assim como, referenciar os investimentos iniciados e não concluídos em 2011, que terão, obviamente, um impacto no ano em curso. Importa ainda sublinhar que toda a actividade desenvolvida em 2011 se pautou por uma estreita cooperação com o acionista único, sendo que todos os investimentos realizados foram previamente discutidos e acordados mutuamente, indo por isso de encontro a uma estratégia definida e traçada entre o detentor do capital e a administração da TUMG.

Globalmente, podemos definir que o ano de 2011 foi caracterizado pela multiplicidade de investimentos em quase todos os segmentos onde a empresa opera, destacando-se neste, contexto, o início da actividade prevista nos Estatutos desde 2001, e nunca concretizada - estacionamento pago de duração limitada em algumas zonas (consideradas de maior procura) da cidade da Marinha Grande.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Para além desse segmento, foram feitos investimentos substantivos no parque de máquinas com uma renovação total de 22% dos equipamentos detidos (alguns com mais de 30 anos e que tinham um impacto muito negativo nos custos de manutenção e reparação). Estes investimentos tiveram também na sua base a alteração na qualidade do activo e inseriram-se numa estratégia de amortizações pré-estabelecida, uma vez que a totalidade do imobilizado da TUMG estava toda ela amortizada e acarretava, com isso, despesas que reportamos de desnecessárias e prejudiciais em termos de resultados antes de impostos.

Ainda no âmbito dos investimentos concretizados, destacamos a aquisição das antigas instalações da EDP, em pleno centro tradicional da cidade da Marinha Grande. Esta compra, que pensamos ter sido um excelente negócio, dado o preço pago, permitiu que a TUMG separasse claramente as águas (CMMG versus Empresa Municipal). Efectivamente, desde a fundação da empresa, esta vinha funcionando em instalações cedidas pelo accionista, onde existia uma multiplicidade de despesas que oneravam directamente o município, sendo por isso frequente existir alguma confusão com a definição de fronteiras *'onde começa a Câmara e acaba a TUMG'*. Actualmente e depois das obras de recuperação do edifício adquirido, pela primeira vez, é a empresa que suporta despesas de limpeza, luz, água, etc, estando totalmente delineadas e separadas em termos de espaço e de custos a Câmara Municipal da Marinha Grande e a TUMG. Cumpre ainda, neste contexto, mencionar que a qualidade dos activos da empresa sofreu um enorme impacto positivo, com este investimento.

No que concerne aos chamados transportes urbanos, o ano de 2011, mais concretamente no primeiro dia do segundo semestre, assistiu a uma total e completa revolução. Estamos, concretamente a referir-nos aos novos traçados de linhas, alterações profundas em linhas existentes, alargamento significativo da área total de cobertura da rede de transporte urbano que passou a cobrir quase 90% da área total da freguesia da Marinha Grande.

Esta política teve efeitos imediatos na procura por este serviço, tendo atingido um crescimento de utentes superior a 45%.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

Este processo que se deseja dinâmico, ainda não está totalmente concluído, estando previsto ocorrerem novos alargamentos pontuais em 2012 por forma a atingirmos um grau de cobertura total em todo o Concelho da Marinha Grande. Pensamos, desta forma, construir uma rede de transportes urbanos única no país, em termos de cobertuta espacial, rapidez, conforto e baixo preço.

No que diz respeito aos transportes escolares e não escolares, traçou-se um objectivo de médio-longo prazo para reduzir gradualmente a dependência de empresas subcontratadas. Diminuir gradualmente a rúbrica de Fornecimento e Serviços de Terceiros, que traduz o elevado grau de dependência da TUMG relativamente a outras empresas prestadoras de serviços, contribuindo para diminuir as nossas margens e aumentando a estrutura de custos da TUMG. Este investimento não será totalmente realizado até ao fim de 2013, porque pressupõe aquisições diversas e significativas, que só seriam possíveis com recurso a capitais alheios. Assim, iremos, paulatinamente, investir dentro das nossas capacidades financeiras, pelo que se prevê que apenas em 2015, será possível assegurar o transporte escolar e não escolar com meios próprios (humanos e materiais).

Em conclusão, apresentamos as contas de 2011 e sua explicação detalhada, naquele que foi o ano de maior investimento realizado, sem recurso a financiamentos de qualquer espécie, que teve um impacto muito relevante na qualidade dos nossos activos, na continuação da política de robustez do nosso capital próprio, num aumento extraordinário do número de clientes e finalmente, no alcance do lucro, que é, obviamente, um objectivo importante de qualquer empresa.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1 – ACTIVIDADE

A empresa tem consignado nos estatutos como seu ***objecto social***:

a) - a prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros;

b) - a gestão de máquinas e viaturas que para esse fim lhe sejam destinadas pelo município;

c) - a gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

1.a – Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros

1.a.1 – Transportes escolares e outros

Realizaram-se os serviços protocolados com a autarquia, no âmbito do **Contrato Programa 2011**, nomeadamente os transportes casa/escola/casa, as deslocações para os locais das refeições, actividades culturais e desportivas, bem como as actividades circun-escolares dos alunos do ensino básico no concelho.

Ainda no âmbito do Contrato Programa, foram realizados todos os serviços de transportes solicitados pelo município, e subsidiados por este a 100% e 50% respectivamente, destinados a entidades escolares, sociais, culturais e outras.

Pela análise do Quadro 1, facilmente se verifica que todas as solicitações do município foram devidamente realizadas, tendo atingido um índice de concretização de 99,08% no transporte de alunos, 71,67% nos alugueres subsidiados a 100% e 53,91% de grau de realização de alugueres subsidiados a 50% pelo município.

Desta forma e em termos globais registou-se uma sobra de 18.964 € relativamente ao inicialmente contratado, valor esse, que foi devolvido ao acionista.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 1

TIPO SERVIÇO	CONTRATO 2011 € (s/iva)	Realizado [€]	Saldo (€)	Realização Acum. (%)
A - Transporte Alunos				
A.1 Ensino Básico	142,800.00	149,730 €	-6,930 €	104.85%
A.2 Ensino Pré-Escolar	92,400.00	83,300 €	9,100 €	90.15%
Total (1)	**235,200.00**	**233,030 €**	**2,170 €**	**99.08%**
B - Alug. Subsidiados 100%				
B.1 Actividades Previstas em Plano de Actividades Municipais	22,000.00	14,992 €	7,008 €	68.15%
B.2 Visitas de Estudo Programadas pelos Agrupamentos e Esc. Sec.	8,000.00	6,508 €	1,492 €	81.36%
Total (2)	**30,000.00**	**21,501 €**	**8,499 €**	**71.67%**
C - Alug. Subsidiados 50%				
C.1 Actividades desenvolvidas por entidades do concelho	18,000.00	9,705 €	8,296 €	**53.91%**
Total (3)	**18,000.00**	**9,705 €**	**8,296 €**	**53.91%**
VALOR TOTAL	**283,200.00**	**264,236 €**	**18,964 €**	**93.30%**

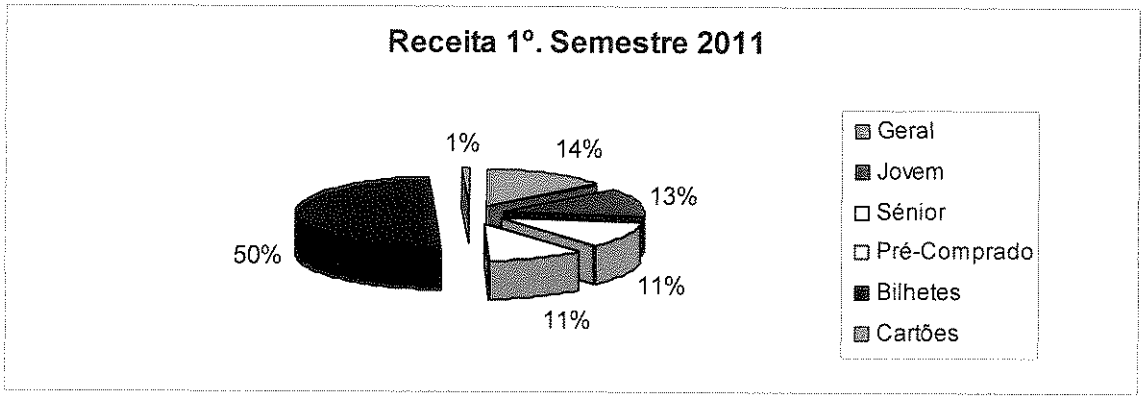
TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.a.2 – Transportes Urbanos

A empresa manteve, no primeiro semestre do ano, a actividade nas linhas com que iniciou o serviço – **Linha Azul** e **Linha Verde** – registando-se a receita que a seguir se discrimina no **Quadro 2** e **Quadro 3**.

Tipo Passe	1°. Semestre 2011
Geral	8,171.75 €
Jovem	7,100.94 €
Sénior	6,400.32 €
Pré-Comprado	6,363.20 €
Bilhetes	28,076.96 €
Cartões	512.60 €
Sub-Total	**56,625.77 €**



TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

No segundo semestre, tal como mencionamos na introdução, foram imprimidas profundas alterações no sistema de transporte urbano, após análise detalhada das necessidades de alargamento das linhas. Este estudo, elaborado pela TUMG, foi validado pela empresa *Perform Energia* – consultora de mobilidade. Alteramos profundamente a linha verde, transformando-a em circular a aumentando significativamente a sua área. A antiga linha verde dispunha de 3 minibus, com a alteração ocorrida, dispensou-se um minibus que serve as actuais linhas amarela A e amarela B, que funcionam em horários alternados. Implementamos ainda uma outra circular (linha vermelha).

Globalmente, e com apenas um reforço de 2 minibus, temos em pleno funcionamento 5 linhas distintas.

Pela análise do Quadro 4 e 5 facilmente se constacta o crescimento do numero de utentes e da receita.

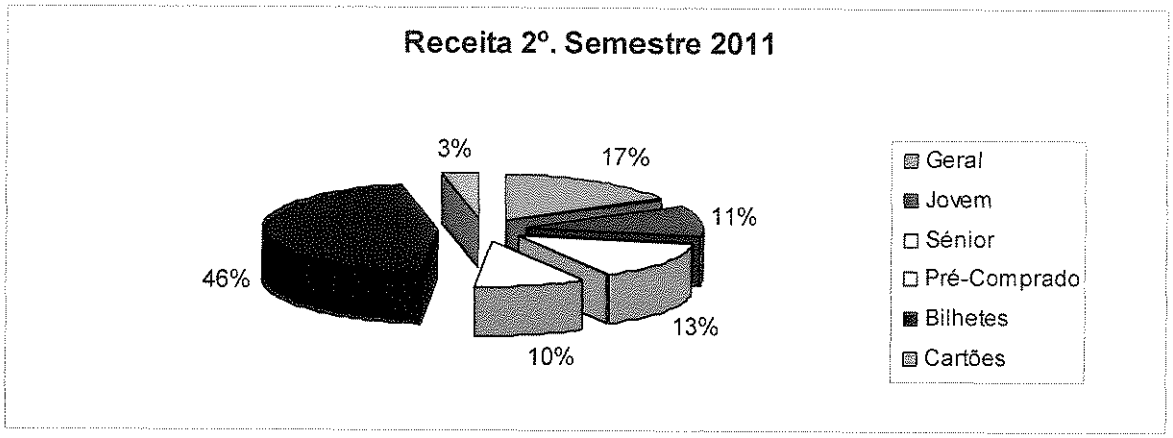
Quadro 4

Tipo Passe	2º. Semestre 2011
Geral	12,579.57 €
Jovem	8,113.68 €
Sénior	9,819.96 €
Pré-Comprado	7,479.73 €
Bilhetes	33,233.39 €
Cartões	2,413.33 €
Sub-Total	**73,639.66 €**

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Quadro 5



Pensamos ter sido uma aposta totalmente ganha, não obstante a necessidade de se procederem a pequenos ajustes pontuais, no que respeita a horários e traçados. Prevêm-se ainda este ano investir em alguns abrigos em zonas já definidas, para garantir maior conforto aos nossos utilizadores.

1.b.1 – Máquinas

O Município contratualizou com a empresa o serviço de 12 máquinas, tendo para o efeito sido celebrado um contrato "in-house" de ***"Fornecimento de serviços de aluguer de máquinas sem operador"***, por um período de 364 dias (2 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011), no valor de 205.113,60€ (duzentos e cinco mil, cento e treze euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REU...
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Após análise do Quadro 7 evidencia-se a receita versus despesa deste segmento, sendo importante relembrar que actualmente existem 4 novas unidades adquiridas, tendo a TUMG procedido a alienação das máquinas substituídas.

Quadro 7

Máquinas	**Custos**	**Receitas**
Trator Ferguson JO-57-44	930.34	15,834.06
Trator Ferguson 29-85-BE	3,489.26	19,292.14
Trator Ford 04-45-CI	1,870.62	11,137.82
Trator Ford 19-92-CH	728.35	13,717.30
Trator Zetor OL-50-90	1,251.08	17,415.15
Cilindro Bomag	203.77	12,667.39
Komatsu	959.57	11,502.49
Pá Carregadora Cat 936 E	27,686.94	22,104.06
Retro Escavadora 5	6,099.19	20,239.68
Retro Escavadora 3	4,643.95	19,250.96
Dumper 10	2,254.61	15,073.92
Dumper 11	1,451.77	14,100.17
TOTAL	**51,569.45**	**192,335.14**

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

1.c – Estacionamento

Tal como foi detalhadamente explanado no Relatório de 2010, após análise detalhada e conjunta entre a TUMG, ACIMG e CMMG, foram propostos, alterados e aprovados o regulamento municipal de estacionamento pago de duração limitada, tarifas e zonas de intervenção.

A 16 de Agosto de 2011, foi iniciado o estacionamento pago nas zonas consideradas de maior procura.

A receita encontra-se mencionada no Quadro 8.

Meses	Receita
Agosto	2,118.46
Setembro	6,119.96
Outubro	4,972.97
Novembro	3,441.47
Dezembro	9,407.45
TOTAL	**26,060.31**

Importa, contudo mencionar que este serviço é integralmente realizado pela TUMG, sem recurso a outra empresa e tem vindo a registar um elevado crescimento de utilizações. O investimento realizado com a aquisição de 22 parquimetros, estará totalmente liquidado até final de 2012 e foi integralmente pago com os meios financeiros obtidos com a sua utilização. Tal como foi inicialmente previsto no estudo económico que serviu de suporte a criação deste investimento, destaca-se o facto da receita prevista ter sido correctamente estimada e enquadrada no Cenário 3 apresentado em devido tempo (estudo de viabilidade económica para a aquisição de parquímetros).

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2 – RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a empresa integra no seu quadro sete trabalhadores efectivos, sendo dois em regime de destacamento pelo município.

3 – ADMINISTRAÇÃO

Por deliberação da Câmara de 24 de Fevereiro de 2011, sob proposta do Senhor Presidente, foi nomeado o Vogal Senhor Paulo Jorge Campos Vicente para substituir o Senhor Eng. João Pereira que se demitiu a seu pedido.

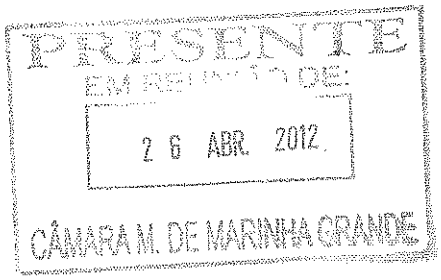
Conselho de Administração da TUMG-EM, com a seguinte composição:

Presidente:	Dr.Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
Vogal:	Paulo Jorge Campos Vicente
Vogal:	Francisco Fernando Gaspar Roldão

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

Ainda pela mesma deliberação, foi nomeado como Fiscal Único da Tumg-EM o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único suplente o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo tomado posse a 18 de Março de 2010.

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE



4 - INVESTIMENTO

O investimento em imobilizado em 2011 foi de **€ 390.759,56** distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2011	2010
Activos Intangíveis		
Programas computador	125,00	
Activos Fixos Tangívesi		
Terrenos e Recursos Naturais	19.390,00	
Edificios e Outras Construções	58.170,00	
Equipamento Básico	250.467,81	43.521,56
Equipamento Administrativo	1.806,75	4.965,25
Investimento em Curso Activos Tangíveis	60.800,00	
Total	**390.759,56**	**48.486,81**

5 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

Diversos factores complementares surgidos em 2011, trouxeram implicações na vida da nossa empresa, com reflexos naturalmente no plano económico e financeiro que se repercutiram neste exercício implicando variações relativamente ao previsto no plano de actividades.

Financiamento

Em 2011 a empresa foi auto-suficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

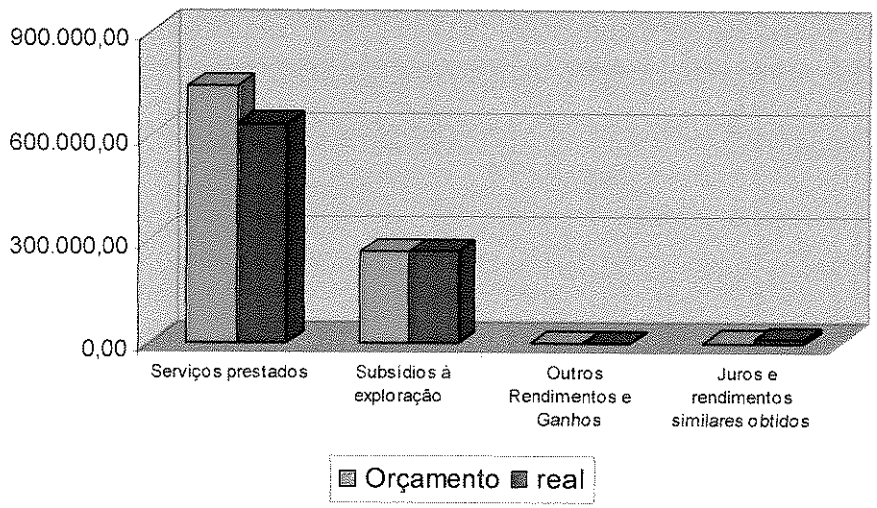
Rendimentos

Para o ano de 2011 a nossa previsão orçamental foi de 1.010.983,80 euros. No entanto os valores realizados foram de 906.360,89 euros

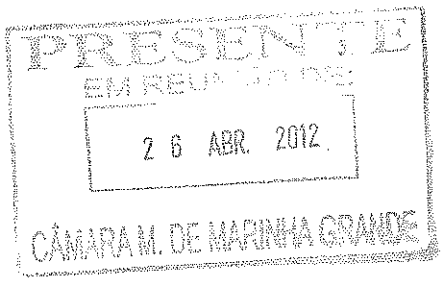
Rubricas	2010		
	Orçamento	real	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	744.293,80	632.636,89	-15,00%
Subsídios à exploração	264.000,00	264.000,00	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	
Juros e rendimentos similares obtidos	2.690,00	9.724,00	261,49%
Total	1.010.983,80	906.360,89	-10,35%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução não muito significativa nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 10%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE



Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2011 foi de 1.007.343,21 euros. O realizado foi de 872.057,10 euros. Verifica-se um desvio de 13,43%.

Rubricas	2011		
	Orçamento	real	Variação
Gastos e perdas			
CMVMC	109.762,75	9.203,06	-91,62%
Fornecimentos e serviços externos	624.868,10	632.003,95	1,14%
Gastos com o pessoal	212.545,35	181.993,63	-14,37%
Imparidade dividas receber	0,00	234,34	100,00%
Outros gatos e perdas	2.138,00	769,62	-64,00%
Gastos de depreciação e amortização	50.834,88	46.157,75	-9,20%
Juros e gastos similares suportados	7.194,13	1.694,75	-76,44%
Total	1.007.343,21	872.057,10	-13,43%

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2011, comparativamente com o orçamentado

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1,038,689.59	921,177.11
Pagamentos a fornecedores		-582,913.58	-546,529.24
Pagamentos ao pessoal		-179,644.17	-194,620.06
Caixa gerada pelas operações		276,131.84	180,027.81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-12,558.61	17,490.64
Outros recebimentos/pagamentos		-46,329.87	-8,410.67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**217,243.36**	**189,107.78**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-390,759.56	-48,483.81
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-390,759.56**	**-48,483.81**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-22,679.71	-22,679.28
Juros e gastos similares		-1,694.75	-1,395.77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-24,374.46**	**-24,075.05**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-197,890.66	116,548.92
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		725,311.93	608,763.01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	**527,421.27**	**725,311.93**

PRESENTE EM
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

ANEXO

1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade
TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

1.2 – Sede
Rua do Matadouro, s/n, 2430-257 Marinha Grande

1.3 – NIPC
505 849 348

1.4 – Natureza da Actividade
A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos forma publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002. A Tumg presta serviços na área do Município da Marinha Grande de Transportes Públicos de Passageiros.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade
No presente período do exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontran-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas se depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outas instalações de uso especifico	10 anos
Total	

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmemte todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável liquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo, como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida liquido de impostso, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, dcesde quer todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

-O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
-É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
-Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
-A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dividas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo.
As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vecem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas " outras contas a receber e a pagar" e " deferimentos".

PRESENTE
EM
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimenbtos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	500,00	corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	76.921,27	
Depósitos a prazo	13	450.000,00	
Total		527.421,27	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da TUMG.

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detectados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correcção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2010, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 – PARTES RELACIONADAS

Não se aplica

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Activos Intangíveis					
Descrição	31-12-2010	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31-12-2011
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	0,00	0,00	125,00	0,00	0,00	125,00
	0,00	0,00	125,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	0,00		41,66			41,66
Perdas por imparidade						
Depreciação acumulada	0,00	0,00	41,66	0,00	0,00	41,66
Activo Intangível Líquido	0,00	0,00	83,34	0,00	0,00	83,34

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Activos Tangíveis Brutos					
Descrição	31-12-2010	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31-12-2010
Activos Fixos Tangiveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	19.390,00	0,00	0,00	19.390,00
Edificios e out construcoes	0,00	0,00	58.170,00	0,00	0,00	58.170,00
Equipamento basico	406.139,16	0,00	250.467,81	0,00	0,00	656.606,97
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensilios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	49.080,84	0,00	1.806,75	0,00	0,00	50.887,59
Outros activos tangivesi	108,33	0,00	0,00	0,00	0,00	108,33
Investim curso activos tang	0,00	0,00	60.800,00	0,00	0,00	60.800,00
	455.328,33	0,00	390.634,56	0,00	0,00	845.962,89
Depreciações acumuladas	394.208,43		46.116,09			440.324,52
Perdas por imparidade						
Depreciação acumulada	394.208,43	0,00	46.116,09	0,00	0,00	440.324,52
Activo Tangível Liquido	61.119,90	0,00	344.518,47	0,00	0,00	405.638,37

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

9 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Não se aplica

10 – LOCAÇÕES:

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo:

Activos não correntes Activo fixo tangível	Valor de aquisição	depreciações acumuladas	valor líquido
3 viaturas pesadas de passageiros	221.262,00	221.262,00	0,00

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2012	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	22.939,87	73.809,81	0,00	96.749,68

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades reflectidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	< 1 ano	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	22.939,87	73.809,81	0,00	96.749,68

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

11 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2011	2010
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	1.694,75	1.395,77
Outros	0,00	31,69
	1.694,75	1.427,46

12 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:
Não se aplica.

13 – IMPARIDADE DE ACTIVOS
Não se aplica

14 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS
Não se aplica

15 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS
Não se aplica

16 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO
Não se aplica

17 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
Não se aplica

18 – AGRICULTURA
Não se aplica

PRESENTE EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

19 – INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.
Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 não havia existências de mercadorias ou matérias-primas os inventários da entidade não tinnham qualquer valor pelo que o seu detalhe é como segue

Rubrias de Inventários	2011			2010		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia liquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia liquida
Matérias-primas, subsidiárias consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2011		2010	
	Mercadorias	materias-primas subsid e consumo	Mercadorias	materias-primas subsid e consumo
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	9.203,06	0,00	98.879,40
Regularizações	0,00		0,00	0,00
saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos do exercicio	0,00	9.203,06	0,00	98.879,40

20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não se aplica

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

21 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2011	2010	Variação
Prestação de serviços			
Aluguer de Máquinas	192.335,14	229.893,50	-37.558,36
Aluguer de Autocarros	280.050,69	318.348,93	-38.298,24
Transportes Urbanos de Passageiros	130.265,43	106.462,76	23.802,67
Estacionamento	26.046,63	0,00	26.046,63
Serviços Secundários	3.939,00	0,00	3.939,00
Subsídios à exploração			
Contrato de Gestão	264.000,00	177.914,85	86.085,15
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	0,00	4.566,22	-4.566,22
Juros			
Depósitos bancários	9.724,00	2.690,33	7.033,67
Total	906.360,89	839.876,59	66.484,30

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2011 e 2010, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2011	2010
Contrato Programa	0,00	24.207,34
Contrato de Gestão	264.000,00	153.707,51
Total	264.000,00	177.914,85

22 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não se aplica

23 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Não se aplica

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012

24 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não se aplica.

25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o perído findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2012.
Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos ecercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 podem ser detalhadas como segue:
A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

Imposto sobre o rendimento	2011	2010
Resultados antes de impostos	34.303,79	37.928,80
Taxa nominal de imposto		14,00%
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	9.458,89	8.488,63
Imposto diferido	0	0
	9.458,89	8.488,90

27 – MATERIAS AMBIENTAIS

Não se aplica

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012
MARINHA GRANDE

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 – Fornecedores/Clientes/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Activos e passivos correntes	2011			2010		
	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos Financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	26.564,29	2.873,75	23.690,54	41.493,85	2.639,41	38.854,44
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo	26.564,29	2.873,75	23.690,54	41.493,85	2.639,41	38.854,44
Passivos						
Fornecedores	377.585,00	0,00	377.585,00	176.262,81	0,00	176.262,81
Outras contas a pagar	12.433,85	0,00	12.433,85	28.311,22	0,00	28.311,22
Total do passivo	390.018,85	0,00	390.018,85	204.574,03	0,00	204.574,03

28.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em divida	Divida de Clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dividas dos Clientes	%
Mora de 6 a 12 meses	412,34	103,09	25%
Mora mais de 24 meses	131,25	131,25	100%
Mora mais de 24 meses	2.639,41	2.639,41	100%
Total	3.183,00	2.873,75	

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
26 ABR. 2012

28.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2011	2010
Activos		
Caixa	500,00	500,00
Depósitos à ordem	76.921,27	224.811,93
Outros depósitos bancários	450.000,00	500.000,00
	527.421,27	725.311,93

28.4 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

	2011		2010	
Financiamentos Obtidos	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	22.939,87	73.809,81	22.849,04	96.580,35
Total		96.749,68		119.429,39

29 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2011	2010
Remunerações	149.156,24	163.851,05
Encargos sobre remunerações	29.350,27	27.296,82
Seguros de acidentes de trabalho	3.170,32	2.406,17
Outros gastos	316,80	2.085,66
Total	181.993,63	195.639,70

30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não se aplica

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de " Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	2011 Corrente	2010 Corrente
Activos		
Imposto sobre o rendimento	8.546,53	486,54
Retenções de imposto sobre o rendimento	2.090,65	616,84
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	48.346,08	5.102,13
Total	58.983,26	6.205,51
Passivos		
Imposto sobre o rendimento estimado	9.458,89	8.488,63
Retenção de Imposto sobre o rendimento	1.336,04	3.498,54
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	0,00	3.067,12
Contribuições para a segurança social	2.295,87	4.382,94
Contribuições para a Caixa Geral de aposentações	477,51	918,28
Total	13.568,31	20.355,51

31.2 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Deferimentos	2011 Corrente	2010 Corrente
Activos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	135,48	2140,46
Seguros	0,00	193,07
Total	135,48	2.333,53
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	2.682,67	1.378,53
Total	2.682,67	1.378,53

TUMG
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

31.3 – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais próprios	2011	2010
Capital próprio		
Capital realizado	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	19.846,90	16.406,73
Resultados transitados	130.240,95	104.240,95
Resultado líquido do período	24.844,90	29.440,17
Total	512.932,75	488.087,85

Marinha Grande, 15 de Março de 2012

TOC nº 10 677

Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente — Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa

Vogal — Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal — Francisco Gaspar Roldão

PRESENTE
EM REUNIÃO
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução:

1. Examinamos as demonstrações financeiras da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 1.015.952,26 euros e um total de capital próprio de 512.932,75 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 24.844,90 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo..

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito:

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

JOÃO CRUZ

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com o os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais:

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Marinha Grande, 20 de Abril de 2012

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Accionistas

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

De acordo com o disposto no art.° 28.° da Lei n.° 53-F/2006, de 29 de Dezembro e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

JOÃO CRUZ

PRESENTE
EM
26 ABR. 2012
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2011;
b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

Marinha Grande, 20 de Abril de 2012

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228